



ACÓRDÃO Nº619/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1567/2010.

Apensos: Processo nº 2046/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Francisco Frutuoso Lima - OAB/AM 9748

4- Órgão: Superintendência Estadual De Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH

5- Exercício: 2009

6- Responsável: Luiz Gonzaga da Silva Junior (Ordenador de Despesa), Rildo Cavalcante de Oliveira (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICA/AM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 803/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual De Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Exercício de 2009.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Superintendência Estadual De Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, referente ao exercício de 2009, de responsabilidade do **Sr. Rildo Cavalcante de Oliveira**, Diretor e Ordenador de Despesas, no período de 01/01 a 29/6/2009, na forma do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 25, caput da Lei 2423/96.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Rildo Cavalcante de Oliveira**, Diretor e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25**, (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, incisos II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas nos subitens, 20.2.6, 20.2.8, 20.2.9, e 20.2.11, às fls. 5769 e 5772 a 5776 do Relatório Conclusivo 06/2012 – DICA/AM.



ACÓRDÃO Nº619/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.1. Fixar o prazo de 30 (Trinta) dias para que **Sr. Rildo Cavalcante de Oliveira**, Diretor e Ordenador de Despesas, à época, proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao Cofre Estadual através de DAR AVULSO extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o CÓDIGO 5508 - MULTAS APLICADAS PELO TCE/AM - FUNDO DE APOIO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, devendo o Responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, condição imprescindível para emissão do TERMO DE QUITAÇÃO. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa;

10.2.2. Autorizar a Instauração de Inscrição do Débito na Dívida Ativa do Estado e Instauração de Cobrança Executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, em conformidade com 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10.3. Julgar Irregular a Prestação de Contas da Superintendência Estadual De Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, referente ao exercício de 2009, de responsabilidade do **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor e Ordenador de Despesas, no PERÍODO DE 30/6 A 31/12/2009, na forma do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 25, caput da Lei 2423/96.

10.4. Aplicar Multa ao **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25**, (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, incisos II, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas nos SUBITENS, 20.1.4, 20.1.10, e 20.1.14, às fls. 5747, 5753 72/5776 do RELATÓRIO CONCLUSIVO 06/2012 – DICA/AM.

10.4.1. . Fixar o prazo de 30 (Trinta) dias para que o **Sr. Luiz Gonzaga da Silva Junior**, Diretor e Ordenador de Despesas, à época, proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o CÓDIGO 5508 - MULTAS APLICADAS PELO TCE/AM - FUNDO DE



ACÓRDÃO Nº619/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

APOIO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, devendo o RESPONSÁVEL comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, condição imprescindível para emissão do TERMO DE QUITAÇÃO. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa;

10.4.2. Autorizar a Instauração de Inscrição do Débito na Dívida Ativa do Estado e Instauração de Cobrança Executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, em conformidade com 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10.5. Recomendar à atual Administração da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH:

10.5.1. Instruir os próximos processos de prestação de contas com todos os extratos e razões contábeis, das contas bancárias de titularidade do órgão, com fins de dar celeridade à análise processual (SUBITEM 20.1.2 do Relatório Conclusivo nº 06/2012-DICA/MA);

10.5.2. Imprima esforços necessários para funcionamento do Fundo Estadual Portuário para atender ao disposto no art. 24 da Lei Estadual nº 3127/2007 (ITEM 20.1.3 do Relatório Conclusivo nº 06/2012-DICA/MA);

10.5.3. Promova os registros das transações contábeis de penhora tempestivamente de forma analítica, para permitir a integridade e fidedignidade das informações contábeis e a composição patrimonial do Órgão – Rs. CFC nº 1132/08 c/c Res. CFC nº 750/93 e o art. 85 da Lei 4320/64 (SUBITEM 20.2.6 do Relatório Conclusivo nº 06/2012-DICA/MA).

10.5.4. Crie rotina de controle sistematizado para conferência, contabilização e depósito bancário dos recursos financeiros arrecadados em tempo hábil e aceitável, com objetivos de dar transparência aos fatos administrativos e fazer cumprir a função administrativa da contabilidade de controle do patrimônio (SUBITEM 20.1.9 e 20.2.7 do Relatório Conclusivo nº 06/2012-DICA/MA);

10.5.5. Registre todos os atos e fatos administrativos na contabilidade para atender as normas e princípios contábeis, do controle específico dos saques e depósitos de numerários oriundos de cheques administrativos



ACÓRDÃO Nº619/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral